



PODER

De novo, em busca da trégua institucional

Presidentes do Supremo, Luiz Fux, e do Senado, Rodrigo Pacheco, tentam distensionar a República em meio a críticas ao Judiciário e a desavença com militares. Para o senador, eleições não podem ser alvo de "arroubos antidemocráticos"

» LUANA PATRIOLINO
» RAPHAEL FELICE

Minervino Júnior/CB/DA.PRESS



Pacheco afastou a hipótese de ceder a pressões de governistas para a abertura de impeachment contra ministros do Supremo

Em busca de uma solução para a crise entre os Poderes, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniu, na tarde de ontem, com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux. O parlamentar reforçou o apoio e o respeito do Congresso Nacional à Corte, diante dos sucessivos ataques do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O encontro durou 45 minutos e aconteceu na presidência do STF. Na saída, Pacheco conversou com os jornalistas e reiterou a busca pelo diálogo entre os Poderes. Ele destacou o papel moderador do Legislativo.

"Pode haver acontecimentos pontuais, mas que não se refletem em uma crise. Evidentemente, o Congresso Nacional tem o seu papel de moderação, de busca de consenso", disse.

Pacheco afirmou que o encontro com Fux se deu pela "necessidade da manutenção do diálogo e da relação entre o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, algo também recomendável em relação ao Executivo".

Perguntado sobre a lisura do pleito deste ano, o senador demonstrou preocupação. afirmou que as eleições não podem ser usadas para "arroubos antidemocráticos" em favor do fechamento do STF.

O encontro ocorreu em meio ao mal-estar entre a Corte e o Executivo, intensificada após o perdão concedido pelo presidente Bolsonaro ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ). A crise se agravou com a participação do chefe do Executivo nas manifestações de 1º de Maio. Com o mesmo repertório das manifestações de 7 de Setembro, os bolsonaristas tinham, entre as pautas, a destituição dos ministros da Corte, o fechamento do STF e a intervenção militar.

Impeachment

Pacheco afastou a possibilidade de ceder à pressão governista e abrir processos de impeachment de ministros do STF. "Não se pode fechar questão hora alguma em relação a isso, mas é preciso ter critérios, fatos, justa causa, tipicidade em relação à lei e até aqui não enxerguei nenhuma concretude que justifique impeachment de ministros do Supremo", disse.

Sobre a cassação do deputado bolsonarista, o senador afirmou que mantém o posicionamento de que o Congresso deve ser o responsável por decidir sobre a inelegibilidade

do político, que deve debater em plenário sobre a aplicação desta e das demais penas. "Não houve crítica ao STF pela cassação. (...) Fiz apenas uma pontuação jurídica, técnica e constitucional que está longe de ser uma crítica à decisão judicial", ressaltou.

Ao explicar que o Legislativo não poderá sustar o decreto de Bolsonaro em favor do deputado Daniel Silveira, Pacheco afirmou que mudanças poderão ser votadas em relação à concessão de graça, indulto ou anistia a condenados pela Justiça.

"Pode o Congresso Nacional refletir e aprimorar a legislação para que graça, indulto e anistia

tenham sua outorga. (...) Isso pode ser uma disciplina útil para o futuro para se evitar que se gere o sentimento de impunidade, como o sentimento de que o Judiciário não tem a palavra final em matéria de justiça penal", disse.

Lira: "Equilíbrio"

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não participou do encontro no STF. Mas também voltou a defender uma trégua entre os Poderes. Ele afirmou que é preciso "aliviar a tensão" institucional e frisou também que o Legislativo busca a harmonia. "O Legislativo sempre buscou e busca o

equilíbrio, a harmonia e a tranquilidade entre os Poderes e a relação democrática do Brasil", afirmou.

Lira disse que tem conversado "muito de perto" com Fux, Pacheco e Bolsonaro, sobre a tensão institucional. "Nós vamos encontrar, não tenho dúvida, uma saída negociada para aliviar um momento de tensão, de pressão, quase que de um período pré-eleitoral", disse.

Antes de se encontrar com o presidente do STF, Rodrigo Pacheco se reuniu com lideranças do Senado Federal. Segundo ele, os senadores presentes na reunião ficaram satisfeitos com o diálogo entre as instituições.



Não podemos permitir que o acirramento eleitoral, que é natural do processo eleitoral, possa descambar para aquilo que eu reputei anomalias graves"

Rodrigo Pacheco,
presidente do Senado

"Os chefes de poderes têm obrigação de conversar entre si para deter a escalada de uma crise"

Rodrigo Pacheco,
presidente do Senado

"Nós vamos encontrar, não tenho dúvida, uma saída negociada para aliviar um momento de tensão, de pressão, quase que de um período pré-eleitoral"

Arthur Lira,
presidente da Câmara

"As Forças Armadas estão comprometidas com a democracia brasileira, e os militares atuarão, no âmbito de suas competências, para que o processo eleitoral transcorra normalmente e sem incidentes"

Nota do STF sobre encontro com o general Paulo Sérgio Nogueira

"O ministro da Defesa reafirmou, ainda, o permanente estado de prontidão das Forças Armadas para o cumprimento de suas missões institucionais"

Nota do Ministério da Defesa sobre o encontro com o presidente do STF

Defesa "de prontidão" no processo eleitoral

Minervino Júnior/CB/DA.PRESS



Fux e general Paulo Sérgio: compromisso com democracia

O presidente do STF, Luiz Fux, também se encontrou, ontem, com o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira. O militar saiu do encontro sem falar com a imprensa. Por meio de nota institucional, o Supremo afirmou que as Forças Armadas estão "comprometidas com a democracia".

A reunião com o general estava marcada, inicialmente, para hoje, mas foi adiada. "Durante o encontro, o Ministro da Defesa afirmou que as Forças Armadas estão comprometidas com a democracia brasileira e que os militares atuarão, no âmbito de suas competências, para que o processo eleitoral transcorra normalmente e sem incidentes", diz o comunicado do STF.

O encontro aconteceu em meio à crise entre os Poderes. A tensão com as Forças Armadas nasceu com a declaração do ministro Luís Roberto Barroso, ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que disse que os militares estão sendo orientados a desacreditar o processo eleitoral do Brasil.

O titular da Defesa respondeu prontamente. "Afirmar que as Forças Armadas foram

orientadas a atacar o sistema eleitoral, ainda mais sem a apresentação de qualquer prova ou evidência de quem orientou ou como isso aconteceu, é irresponsável e constitui-se em ofensa grave a essas Instituições Nacionais Permanentes do Estado Brasileiro".

O desgaste entre o Judiciário

e as Forças Armadas veio se somar a outra polêmica recente, alimentada pelo presidente Jair Bolsonaro. O chefe do Executivo atacou novamente o sistema eleitoral, colocando em dúvida a confiabilidade das urnas eletrônicas. E mencionou uma apuração de votos paralela, a ser feita também pelas Forças Armadas.

Memória

Uma crise recorrente

Não é a primeira vez que chefes de Poderes tentam conter uma crise institucional detonada pelo Palácio do Planalto. Relembre dois episódios:

"Respeito mútuo"

Em agosto de 2021, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, cancelou uma reunião programada com o presidente da República, Jair Bolsonaro. O motivo foram os ataques do chefe do Executivo a integrantes da Corte. Escreveu Fux: "O Presidente da República tem reiterado ofensas e ataques de inverdades a integrantes desta Corte, em especial os Ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes. Além disso, Sua Excelência mantém a divulgação de interpretações equivocadas de decisões do Plenário, bem como insiste em colocar sob suspeição a higidez do processo eleitoral

brasileiro". Fux acrescentou: "O pressuposto do diálogo entre os Poderes é o respeito mútuo entre as instituições e seus integrantes".

Carta à nação

Dois dias depois dos atos de 7 de Setembro de 2021, quando disse que não cumpriria mais decisões judiciais do ministro Alexandre de Moraes, o presidente Jair Bolsonaro publicou uma "Declaração à Nação". No documento, disse que nunca teve a "intenção de agredir quaisquer poderes". E completou: "Minhas palavras, por vezes contundentes, decorreram do calor do momento e dos embates que sempre visaram ao bem comum". O presidente Bolsonaro divulgou a carta à nação após encontro com o ex-presidente Michel Temer, no Palácio do Alvorada. O titular do Planalto enviou um avião a São Paulo para buscar o emedebista.